



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.114-A, DE 2020**

**(Dos Srs. Ricardo Izar e Weliton Prado)**

Dispõe sobre a Profissão de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios, e dá outras Providências; tendo parecer da Comissão de Trabalho, pela aprovação, com Emenda (relator: DEP. DANIEL ALMEIDA).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:  
TRABALHO E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho:

- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2020**  
**(Dos Srs. Ricardo Izar e Weliton Prado)**

Dispõe sobre a Profissão de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios, e dá outras Providências.

**O Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º - O exercício da profissão de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios será permitido, exclusivamente:

I - Ao portador de certificado de conclusão de curso de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios, a ser ministrado no País em estabelecimentos de ensino de 2º grau;

II - Ao possuidor de registro de Líder, Encarregado ou coordenador ou supervisor de bombeiro em carteira Profissional;

III – Ao detentor de registro junto ao Poder Executivo.

Parágrafo primeiro - O curso previsto no inciso I deste artigo atenderá o currículo fixado pelo Ministério da Educação, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

Parágrafo segundo. O profissional que comprove o exercício da profissão anterior à data de publicação desta lei, terá assegurado o direito ao exercício da profissão, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo Terceiro: O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação, estabelecendo os requisitos para registro do Técnico em Prevenção e Combate a Incêndio.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A história passada da prevenção de incêndio no Brasil, sempre foi na contramão dos anseios sociais. Houve diversas tragédias que ceifaram vidas inocentes por conta de falta de fiscalização e legislações adequadas. Sempre que ocorria uma tragédia o clamor social exigia uma resposta dos parlamentares e autoridades. Assim, após a tragédia da Boate Kiss e dos incêndios do museu nacional e museu da língua portuguesa destruíram vidas de jovens inocentes e um imensurável patrimônio cultural com prejuízos incalculáveis e em produzir leis que à sociedade sua segurança.

Não podemos negligenciar avanços que proporcione a extinção destas tragédias nas futuras gerações. O que fazemos hoje ecoa na eternidade e produz efeitos benéficos no futuro da sociedade, mudar os rumos da prevenção de incêndio em nosso País.

A Lei N.º 13.425, “Lei Boate Kiss”, que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público em seu artigo 8º de tecnologia e de ensino médio correlatos, conteúdo relativo à prevenção e ao combate a incêndio e a desastres.

O Ministério da Educação inseriu o curso de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndio no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) que é um instrumento que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, para orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral. Corpos de Bombeiros para efetivar as fiscalizações necessárias para prevenção de incêndios em todo o território participação da sociedade em colaborar com os órgãos públicos visando à segurança social, profissionalização do técnico inserido na segurança contra incêndios

A Lei N.º 11.901 de 2009 já prevê a classificação e as funções de Bombeiro Civil **e estabelece que o Bombeiro Civil Líder, deve ser formado como técnico em prevenção e combate a incêndio**, em nível de ensino médio, comandante de guarnição em seu horário de trabalho.

Considerando que temos como justificativa, ainda, a inserção deste profissional na CBO- Classificação Brasileira de Ocupação, do Ministério do Trabalho, sendo este um documento que retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho brasileiro. A CBO foi instituída com base legal na Portaria nº 397, de 10.10.2002. **De acordo com a inscrição da CBO 5103-05 onde prevê que o Líder de bombeiros é profissional que:**

- a) Supervisiona, orienta e treina equipes de bombeiro e brigada de incêndios e demais profissionais;
- b) Analisa projetos de segurança de incêndios e adota medidas corretivas;

- c) Programa simulados de emergência, elabora escalas de serviços, supervisiona atividades, postos de trabalho, locais e atividades de risco;
- d) Investiga causas de ocorrências, sugere medidas preventivas e corretivas, atende clientes e coordenam planos de emergência.

Atualmente esta atividade vem sendo realizada por bombeiros civis com formação em curso livre e por profissionais de outras áreas que não possuem uma formação técnica adequada para a relevância desta atividade. Assim, não possuem registro profissional para habilitação legal no exercício da função. Além, de causar desvios coloca em risco a sociedade.

Propomos, ainda, que o técnico de segurança em Prevenção e Combate a Incêndio possua o registro junto ao poder executivo, o que dá segurança ao sistema jurídico nacional e cria responsabilidade legal ao profissional junto ao órgão que o controla suas competências legais.

Diante do exposto, é primordial a legalização e regulamentação deste profissional para contribuir significativamente com a prevenção de incêndios e proteção da sociedade.

Contamos com a colaboração dos nobres pares para aprovação dessa relevante matéria.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 2020.

**Dep. Ricardo Izar**

**Dep. Weliton Prado**



## **Projeto de Lei** **(Do Sr. Ricardo Izar )**

Dispõe sobre a Profissão de  
Técnico em Prevenção e Combate a  
Incêndios, e dá outras Providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD206183828200, nesta ordem:

- 1 Dep. Ricardo Izar (PP/SP)
- 2 Dep. Weliton Prado (PROS/MG)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
 Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017**

Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 8º Os cursos de graduação em Engenharia e Arquitetura em funcionamento no País, em universidades e organizações de ensino públicas e privadas, bem como os cursos de tecnologia e de ensino médio correlatos, incluirão nas disciplinas ministradas conteúdo relativo à prevenção e ao combate a incêndio e a desastres.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos cursos referidos no caput deste artigo terão o prazo de seis meses, contados da entrada em vigor desta Lei, para promover as complementações necessárias no conteúdo das disciplinas ministradas, visando a atender o disposto no caput deste artigo.

Art. 9º Será obrigatório curso específico voltado para a prevenção e combate a incêndio para os oficiais e praças integrantes dos setores técnicos e de fiscalização dos Corpos de Bombeiros Militares, em conformidade com seus postos e graduações e os cargos a serem desempenhados.

.....

.....

**LEI Nº 11.901, DE 12 DE JANEIRO DE 2009**

Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício da profissão de Bombeiro Civil rege-se pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º Considera-se Bombeiro Civil aquele que, habilitado nos termos desta Lei, exerça, em caráter habitual, função remunerada e exclusiva de prevenção e combate a incêndio, como empregado contratado diretamente por empresas privadas ou públicas,

sociedades de economia mista, ou empresas especializadas em prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio.

§ 1º ( VETADO)

§ 2º No atendimento a sinistros em que atuem, em conjunto, os Bombeiros Civis e o Corpo de Bombeiros Militar, a coordenação e a direção das ações caberão, com exclusividade e em qualquer hipótese, à corporação militar.

.....

.....

## **PORTARIA Nº 397, DE 9 DE OUTUBRO DE 2002**

Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, versão 2002, para uso em todo o território nacional.

Art. 2º - Determinar que os títulos e códigos constantes na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, sejam adotados;

I - nas atividades de registro, inscrição, colocação e outras desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE);

II - na Relação anual de Informações Sociais - (RAIS);

III - nas relações dos empregados admitidos e desligados - CAGED, de que trata a Lei Nº 4923, de 23 de dezembro de 1965;

IV - na autorização de trabalho para mão-de-obra estrangeira;

V - no preenchimento do comunicado de dispensa para requerimento do benefício Seguro Desemprego (CD);

VI - no preenchimento da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS no campo relativo ao contrato de trabalho;

VII - nas atividades e programas do Ministério do Trabalho e Emprego, quando for o caso;

.....

.....

## COMISSÃO DE TRABALHO

### PROJETO DE LEI Nº 4.114, DE 2020

Dispõe sobre a Profissão de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios, e dá outras Providências.

**Autores:** Deputados RICARDO IZAR E WELITON PRADO

**Relator:** Deputado DANIEL ALMEIDA

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.114, de 2020, de autoria dos Deputados Ricardo Izar e Weliton Prado, dispõe sobre a Profissão de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios.

A proposição foi distribuída à Comissão de Trabalho, para análise do mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa. Está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinário.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O projeto em análise propõe que se regule a profissão de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios, de modo que seu exercício





seja permitido exclusivamente: I - ao portador de certificado de conclusão de curso de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios, a ser ministrado no País em estabelecimentos de ensino de 2º grau; II - ao possuidor de registro de Líder, Encarregado ou coordenador ou supervisor de bombeiro em carteira profissional; III – ao detentor de registro junto ao Poder Executivo.

A proposta é notavelmente meritória, considerando que o exercício adequado da atividade de prevenção e combate a incêndios é fundamental para a proteção da saúde, da segurança e da vida das pessoas. Trata-se de função de alta relevância social e que merece ser cada vez mais valorizada.

Somos, portanto, favoráveis à aprovação do projeto. Observamos, contudo, que cabe ajuste redacional no inciso I do art. 1º, para que onde consta “ensino de 2º grau” passe a constar “educação profissional técnica de nível médio”, nomenclatura de acordo com a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/1996).

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.114, de 2020, com a emenda anexa.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputado DANIEL ALMEIDA  
Relator



**COMISSÃO DE TRABALHO****PROJETO DE LEI Nº 4.114, DE 2020**

Dispõe sobre a Profissão de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios, e dá outras Providências.

**EMENDA Nº**

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do art. 1º do projeto:

“Art.

1º .....

I - ao portador de certificado de conclusão de curso de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios ministrado no País em estabelecimento de educação profissional técnica de nível médio;

.....”

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado DANIEL ALMEIDA  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE TRABALHO

### PROJETO DE LEI Nº 4.114, DE 2020

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, em reunião ordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.114/2020, com Emenda, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Daniel Almeida.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Airton Faleiro - Presidente, Alexandre Lindenmeyer e Luiz Carlos Motta - Vice-Presidentes, Any Ortiz, Daniel Almeida, Leonardo Monteiro, Luiz Gastão, Prof. Paulo Fernando, André Figueiredo, Coronel Meira, Erika Kokay, Evair Vieira de Melo, Flávia Moraes, Geovania de Sá, Rafael Prudente, Reimont, Sanderson e Vinicius Carvalho.

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2023.

Deputado AIRTON FALEIRO  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE TRABALHO

### EMENDA ADOTADA PELA CTRAB AO PROJETO DE LEI Nº 4.114/2020

Dispõe sobre a Profissão de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios, e dá outras Providências.

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do art. 1º do projeto:

“Art. 1º

.....

I - ao portador de certificado de conclusão de curso de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios ministrado no País em estabelecimento de educação profissional técnica de nível médio;

.....”

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2023.

Deputado **AIRTON FALEIRO**  
Presidente

